

A presente edição da revista *Direito Público* – publicação oficial vinculada ao Mestrado em Direito Constitucional do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP) – traz aos seus leitores um conjunto de artigos organizados em três sessões, tendo a parte especial a temática “Direitos Humanos e Fundamentais”, a parte geral da publicação com dois artigos de doutrina e ainda uma terceira seção com dois estudos jurídicos específicos.

O trabalho do professor da Universidade de Hamburgo, Marion Albers, com o título “Biotechnologies and Human Dignity” abre esta edição, trazendo uma importante reflexão sobre novos conceitos normativos de direitos humanos, direitos do indivíduo e dignidade humana relacionados com o desenvolvimento das biotecnologias modernas como a reprodução assistida, a intervenção genética e a vida artificial. Também no âmbito dos Direitos Fundamentais Rosana Helena Maas e Mônia Clarissa Hennig Leal, no artigo “A Decisão da Saúde pelo Supremo Tribunal Federal: uma Análise dos Parâmetros para Judicialização da Saúde”, estudam a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a partir de dois casos emblemáticos (decisão no Agravo Regimental na Suspensão de Tutela Antecipada nº 175/Ceará e no Agravo Regimental na Suspensão de Liminar nº 47/Pernambuco) para verificar se e como a Corte tem se utilizado de seus próprios parâmetros decisórios em julgados posteriores.

A parte geral da edição traz o trabalho de Ricarlos Almagro Cunha e Israel Domingos Jorio, com o título “Neoconstitucionalismo em Tempos de Crise: Avançar Ou Retroceder?”. Os autores propõem-se a mapear as características do paradigma neoconstitucionalista, a partir de uma perspectiva fenomenológica, refletir sobre seus riscos e possibilidades e, partindo desse cenário, avaliar retrocessos e avanços. Já o artigo “Inaplicabilidade do Regime de Precatórios Judiciais à Indenização por Desapropriação”, de João Marcelo Rego Magalhães e Francisco Luciano Lima Rodrigues, analisa um possível conflito das normas constitucionais que, por um lado, asseguram a justa e prévia indenização em dinheiro pelo bem desapropriado pelo Poder Público, e, por outro, determinam a observância do sistema de precatórios ao credor da Fazenda Pública por força de sentença judicial e propõem uma solução que busca equilibrar as previsões constitucionais.

Por fim, a sessão sobre estudos jurídicos traz dois artigos do campo da pesquisa em Direito. O trabalho de Júlia Maurmann Ximenes, “Por Que o Problema Continua Sendo o Problema? Diferenciando Pesquisa Jurídico-Instrumental e Pesquisa Jurídico-Científica e o Papel das Fontes do Direito” discorre sobre a pesquisa jurídica, propondo uma análise sobre o uso dos dados qualitativos ou quantitativos a partir das categorias teóricas de Pierre Bourdieu, com o intuito de demonstrar a confusão na prática da pesquisa jurídica nos subcampos jurídico-instrumental e o jurídico-científico. Fechando a sessão, o trabalho “Explicando Decisões: as Aplicações da Análise por Regressão Logística (Logit) no Estudo do Comportamento Judicial” de José Mário Wanderley Gomes Neto, Luis Felipe Andrade Barbosa e Jorge Luiz Gonzaga Vieira apresenta o teste de

hipóteses baseadas na influência de variáveis sobre uma decisão entre duas alternativas como uma ferramenta de pesquisa, apresentando enfrentando detalhes como identificação de problemas de pesquisa, codificação das variáveis, interpretação dos resultados e revisão de casos em que foi aplicada.

Esperamos que a presente edição contribua para promover discussões, debates e divulgação de conhecimento científico qualificado.

João Paulo Bachur

Editor-chefe